



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Seropédica
Poder Legislativo

Mesa Diretora



PROJETO DE LEI Nº 87 / 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA SETOR DE PROTOCOLO
PROCESSO Nº <u>689/2025</u>
DATA: <u>11/12/2025</u>
<u>Daiane Rocha S. de Paula</u> ASSINATURA Agente Administrativo

Matrícula: 3358

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 515, DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES OU AGENTES POLÍTICOS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA, Estado do Rio de Janeiro, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 2º da Lei Municipal nº 515, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O valor de cada diária fixa-se em R\$ 2.150,00 (dois mil, cento e cinquenta reais).”

Art. 2º - O art. 3º da Lei Municipal nº 515, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

§1º - Será concedida a diária integral, desde que comprovada a superação de 8 (oito) horas entre deslocamento e participação no evento, atividade ou missão oficial, quando os gastos efetivamente realizados superarem os valores indenizatórios previstos nos percentuais das diárias parciais, ou quando o deslocamento exigir pernoite, sempre com a finalidade de ressarcimento das despesas realizadas, preservado o caráter indenizatório da verba.

§2º - Não configuradas as hipóteses previstas no §1º deste artigo, e quando for fornecida hospedagem ou outra forma de pousada, em próprio ou em outro órgão ou entidade da Administração Pública, será concedida diária parcial correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no art. 2º desta Lei.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Seropédica
Poder Legislativo



Mesa Diretora

§3º - Não configuradas as hipóteses previstas no §1º deste artigo, para indenizar despesas com transporte e alimentação, quando o tempo total de deslocamento e de participação no evento, atividade ou missão oficial não superar 8 (oito) horas, serão concedidas diárias parciais nos seguintes percentuais, calculados sobre o valor previsto no art. 2º desta Lei:

I – 30% (trinta por cento), quando o período for igual ou superior a 6 (seis) horas;

II – 20% (vinte por cento), quando o período for igual ou superior a 4 (quatro) horas e inferior a 6 (seis) horas;

III – 15% (quinze por cento), quando o período for inferior a 4 (quatro) horas.

§4º - Para os fins de concessão das diárias integrais e das diárias parciais previstas neste artigo, será considerado o horário da partida e o horário da chegada em regresso à sede do servidor ou agente político.

§5º - Não será concedida diária, integral ou parcial, quando forem fornecidos, hospedagem, alimentação e transporte pela Administração Pública ou por outro órgão ou entidade pública responsável pelo evento, atividade ou missão oficial.”

Art. 3º - O art. 4º da Lei Municipal nº 515, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - O valor das diárias será pago antecipadamente, em parcela única, mediante cronograma fundamentado ou demonstrativo de evento, no qual constem a programação da atividade e o prazo provável de afastamento, segundo a natureza e a extensão do serviço a ser realizado, desde que haja reserva orçamentária para tanto.”

Art. 4º - O §2º do art. 5º da Lei Municipal nº 515, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§2º - Compete à chefia imediata ou ao superior hierárquico do servidor ou agente político, mediante despacho motivado, proceder à análise da regularidade da prestação de contas e indeferir, total ou parcialmente, as diárias indevidas, quando constatada desconformidade com os critérios estabelecidos nesta Lei.”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Seropédica
Poder Legislativo



Mesa Diretora

Art. 5º - O parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 515, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Na hipótese de indenização por despesas com alimentação e deslocamento, a prestação de contas far-se-á mediante apresentação de original ou segunda via de documentos fiscais, bilhetes, comprovantes de transporte ou outros meios admissíveis que comprovem a efetiva realização das despesas.”

Art. 6º - O art. 10 da Lei Municipal nº 515, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 - O servidor ou agente político que receber diária indevidamente ou em desacordo com as normas estabelecidas nesta Lei fica obrigado a restituir os valores percebidos, podendo a restituição ocorrer de forma parcelada, mediante requerimento do interessado e autorização da autoridade competente, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade administrativa, na forma da lei.”

Art. 7º - Fica revogado o art. 11 da Lei Municipal nº 515, de 2014.

Art. 8º - O art. 13 da Lei Municipal nº 515, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 - O órgão de Controle Interno verificará, por meio de auditorias, análises e demais procedimentos de controle, a regularidade da execução do disposto nesta Lei, e apurará a conduta funcional dos agentes públicos envolvidos nos procedimentos relativos à concessão e à prestação de contas de diárias, propondo a adoção das medidas cabíveis, inclusive a responsabilização, quando for o caso.”

Art. 9º - Fica incluído o art. 14-A na Lei Municipal nº 515, de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Os valores consignados nesta Lei correspondem à atualização monetária do valor originalmente fixado na Lei Municipal nº 515, de 2014, considerando a recomposição inflacionária acumulada desde a sua vigência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Seropédica
Poder Legislativo



Mesa Diretora

Parágrafo único. Os valores das diárias de que trata esta Lei serão atualizados anualmente, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, vedada a aplicação retroativa.”

Art. 10 – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta das dotações consignadas no orçamento vigente.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Seropédica-RJ, __ de _____ de 202__.

BRUNO DE ALMEIDA SANTOS
Vereador e Presidente

**MAXIMILIANO OLIVEIRA DE
SOUZA**
Vereador e Vice-Presidente

SIDNEI COUTINHO PERRUT
Vereador e 1º Secretário

**LUCIANA ALVES SILVA DAS
CHAGAS**
Vereadora e 2º Secretária



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Seropédica
Poder Legislativo

Mesa Diretora



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade promover a atualização e o aperfeiçoamento da Lei Municipal nº 515, de 2014, que disciplina a concessão de diárias aos servidores e agentes políticos da Câmara Municipal de Seropédica.

O valor originalmente fixado para as diárias permaneceu inalterado desde 2014, encontrando-se defasado em razão da inflação acumulada no período. A atualização ora proposta corresponde exclusivamente à recomposição do poder aquisitivo da moeda, não configurando aumento real, mas medida necessária para assegurar que a verba indenizatória cumpra sua finalidade de ressarcir despesas efetivamente realizadas com deslocamento, alimentação e hospedagem.

O Projeto também promove o aprimoramento dos critérios de concessão das diárias, estabelecendo parâmetros objetivos relacionados ao tempo de deslocamento, à comprovação das despesas realizadas e à excepcionalidade da diária integral, preservando expressamente o caráter indenizatório da verba e afastando qualquer natureza remuneratória.

Adicionalmente, a proposta fortalece os mecanismos de controle e prestação de contas, confere maior clareza às competências das chefias hierárquicas e do Controle Interno, e racionaliza a disciplina da restituição de valores, inclusive com a possibilidade de parcelamento, sem prejuízo da responsabilização administrativa.

Por fim, institui-se regra permanente de atualização anual dos valores das diárias pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, índice oficial de inflação, conferindo previsibilidade, transparência e segurança jurídica à norma, em consonância com os princípios da legalidade, razoabilidade, economicidade e eficiência que regem a Administração Pública.

Diante do exposto, entende-se que o presente Projeto de Lei atende ao interesse público e merece a aprovação dos nobres Vereadores.

Seropédica-RJ, __ de _____ de 202__.

BRUNO DE ALMEIDA SANTOS

Vereador e Presidente

**MAXIMILIANO OLIVEIRA DE
SOUZA**

Vereador e Vice-Presidente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Seropédica
Poder Legislativo



Mesa Diretora

SIDNEI COUTINHO PERRUT

Vereador e 1º Secretário

LUCIANA ALVES SILVA DAS

CHAGAS

Vereadora e 2º Secretária